



ATA DE REUNIÃO INMETRO

Identificação da Reunião

Página 1 de 1

ENCONTRO RBMLQ-I DEPOIS DE AMANHÃ

Número/Ano: 010/2010

Data: 24 E 25/05/2010

Início: 09h00min

Término: 18h00min

Local: HOTEL EVEREST – IPANEMA/RIO

Presentes:

Lista de Presença

Ausentes Justificados:

Alcyr Sampaio – Ipem-AP

Redator:

Patrícia Sardenberg – CORED (secrexecutiva@inmetro.gov.br)

Documentos Distribuídos:

Folder Programação Evento

Assuntos Tratados

ENCONTRO RBMLQ-I DEPOIS DE AMANHÃ

Dia 24/05/10

Srs. Omer Pohlmann Filho, Alfredo Lobo, Luiz Carlos Gomes, cumprimentam e agradecem a presença de todos na abertura do Evento. Todos registram tratar-se de uma oportunidade de reflexão e perspectivas futuras.

Professor João Jornada deu início à reunião cumprimentando a todos e dizendo da sua grande satisfação em estar presente ao evento. Agradeceu o trabalho do Sr. Luiz Carlos da Dimel pela realização do Evento. Saliu que o mesmo é o resultado de discussões das últimas Plenárias visando o debate de questões estratégicas. O grau de confiança da Instituição vem aumentando o que enseja em maior responsabilidade. Por outro lado observamos, na área de Metrologia Legal e Qualidade, uma perspectiva de que o nível de complexidade dessas áreas evolua, exigindo mais técnica, o que enseja uma nova visão, uma nova realidade. Precisamos ouvir mais a sociedade que tem se manifestado de várias formas e canais. Temos que refletir sobre isso. Trata-se de uma grande oportunidade. Avaliar mudanças e melhorias nos nossos processos.

O evento não vai trazer respostas, nem conclusões definitivas, mas questionamentos e reflexão.

Apresentação PRESI

Como dito anteriormente trata-se de um evento de discussão, sem muita preocupação de resultados finais e ações, enfatizou Professor Jornada.

Importante pensar nos princípios básicos que norteiam o relacionamento, o Inmetro é o agente responsável por todo esse processo – fundamentação do processo. O processo tem que ser bem

entendido. Existe um dispositivo Legal que norteia a Metrologia Legal e Qualidade e nós temos a responsabilidade por executar essas atividades.

O segundo princípio diz respeito à legitimidade, o Inmetro é um órgão de confiança.

Ao tentar resumir numa única palavra a responsabilidade do Inmetro podemos dizer que a de agregar confiança. Dentro de uma forma sistemática, objetiva. Na Metrologia científica isso fica caracterizado nas calibrações.

Na Metrologia Legal isso é mais do que evidente. Nosso negócio é confiança. Isso é complexo em relação à sociedade. Cerca de 90% confiam na instituição. Temos todo um respaldo social. Estamos ampliando essa confiança em áreas cada vez mais abrangentes.

Para demonstrar esse grau de confiança nos foi solicitado a coordenação da missão comercial internacional ao Irã, onde foram assinados dois acordos de cooperação Confiança amplia a responsabilidade em novas áreas, ampliando o leque de atividades de acordo com a demanda da sociedade, seja no segmento governamental político ou social ou empresarial.

Isso tudo tem haver com a Rede e várias dessas demandas podem ter desdobramentos na própria Rede. A rede é um agente de muitos processos. Exemplo disso é a plataforma ambiental no Amazonas. Sr. Lobo da Dqual trabalhando com a Sra. Ana do Ipem-AM para viabilizar isso.

Necessidade de um conhecimento maior de toda a Rede. Disseminar, compartilhar conhecimentos, informações. São agentes representantes, ampliando e levando o conhecimento em mais áreas.

Ainda sobre princípios básicos, questões centrais no processo – significado do tipo de relação – caracterizam-se como se fosse uma franquia. Mais do que isso é um trabalho de parceria. Caráter da remuneração. O que se cobra é a aplicação de uma taxa, não a prestação de um serviço, como se fosse um imposto. Preço cobrado é um componente de um processo fiscal de arrecadação de recursos que serve para movimentar todo o sistema de metrologia e qualidade. Nós estamos dentro de um processo maior de parceria e nos une no processo.

Importante que se discuta três aspectos da rede: a estrutura – historicamente a rede evoluiu desde a sua fundação com mudanças significativas, mudança de cenário, de escopo, de demanda que ensejam mudanças estruturais, de acordo com as áreas demandantes, em termos de quantidade. Podendo haver, inclusive, num mesmo estado, dois ou mais agentes metrológicos.

Outra questão importante é o escopo antes focado na Metrologia legal – hoje uma grande quantidade é focada em produtos compulsórios. Quem sabe um viés tecnológico num futuro. O Brasil enfrenta um desafio enorme, desafio de colocar ferramentas de inovação até na indústria Há o pensamento de se fazer uma Rede de apoio à inovação. Até que ponto essas redes podem se comunicar, ou uma pode fazer o papel da outra, é uma questão a se discutir.

Outro aspecto é Sistema de governança – sistema de qualidade, avaliação – processos da Rede. Uma área muito importante – por dois motivos em primeiro lugar o Inmetro como um todo está dando uma ênfase muito grande em executar processos com altos índices de qualidade. Portanto a execução dos trabalhos na Rede tem que ser muito bem feito. Muitas vezes há a preocupação com estratégias, mas importante de se considerar a execução, de forma eficiente e eficaz. Precisamos nos preocupar com a execução. Conceito de – 4 E's. – eficiência, eficácia, efetividade, e excelência. Se não fizermos da melhor maneira possível não há muito sentido, um outro órgão, uma outra instituição pode-se estruturar e fazer. Razão tática é de se fazer o melhor, da melhor maneira possível. Não temos monopólio tão grande assim que garanta que outra instituição não faça o trabalho. O sistema todo pode ser atendido de diversas formas. O reconhecimento do Inmetro mostra que esse “primar” está sendo cumprido.

Mas não só com o sistema da qualidade temos que nos preocupar, os órgãos de controle como a CGU e órgãos estaduais de controle estão cada vez mais sofisticados e atuantes Por um lado a qualidade é um sistema de imposição, de filosofia do Inmetro, mas também uma imposição externa dos órgãos de controle, que está cada vez mais forte. Opção é manter um diálogo profundo e ter toda a racionalidade para trazer benefícios com as atividades de controle. Sistema de execução eficaz, eficiente, e que seja demonstrado objetivamente. À medida que a complexidade aumenta temos que demonstrar a correção de ações.

Nível de exigência não pode ser grau de barreira. Mais e mais o Inmetro tem que ser o Inmetro/Rede de 100% de regularidade.

Escopo da atividade, estrutura, sistema de governança de qualidade – Metrologia Legal - uma área onde é observada uma grande ampliação. Perspectiva de aumento muito grande. Sociedade pedindo um controle maior na área de instrumentos e avaliação da conformidade. Acompanhamento de mercado - atuação da Rede é muito importante. Rede atuando sobre essa égide, relação com o consumidor, com a sociedade, tem desdobramentos, melhorar a confiança do processo como um todo.

Acrescentando mais algumas reflexões – crescimento da economia, demanda é agregar mais valor aos nossos produtos, mais tecnologia. Nossa capacidade de gerar conhecimento não está refletindo na capacidade de inovação, de novas tecnologias fazendo com que a nossa balança de comércio exterior esteja cada vez mais caracterizada como vendedores de produtos com baixo valor agregado, somente como exportador de commodities. Atrair indústrias com capacidade tecnológica é um desafio. Apoio à inovação, à indústria.

Importante é uma estrutura que funcione num propósito específico. Percebemos a evolução da Rede, mudança de novos dirigentes, sistema inovativo, mas pensamos também uma rede específica para apoio à inovação de conteúdo científico e tecnológico, seguindo o modelo de Rede atual. O ideal é que as redes interajam visando a melhoria da sociedade. Importante expandir o escopo. Exportar produto de maior valor agregado e o que podemos fazer para melhorar.

O que podemos discutir aqui. Como vai se dar a criação, a interação dessas duas redes. Fomentar idéias que visem essa interação, conhecimento maior, conduzir essas mudanças, construção conjunta. Novas idéias, conhecimento do que se faz nas diversas áreas do Inmetro, e o entrosamento entre essas áreas.

Professor Jornada encerra sua apresentação com uma frase do governo Obama – “Nos somos o governo e estamos aqui para ajudar”.

Sr. Luiz Carlos da Dimel esclareceu do propósito do Seminário, além de discutir o futuro visa uma aproximação de outras áreas que a Rede não mantém muito contato, de como foi planejado o evento e disse que num primeiro bloco apresentações visando conhecimento recíproco das diversas unidades do Inmetro e num segundo bloco provocações para reflexão que vão ser traduzidas nos debates. A idéia era fazer um evento mais amplo, mas, infelizmente, não foi possível.

Apresentação DIMCI

Sr. Gelson Martins da Dimci apresentou o papel daquela diretoria – atividade da metrologia científica e industrial.

A Metrologia se subdivide em três áreas - Metrologia Científica, Industrial e Legal

O foco de atuação da Dimci é a Metrologia Científica, desenvolvimento de pesquisa, padrões, de equipamentos de medição e a Metrologia industrial que assegura o adequado funcionamento dos instrumentos de medição usado nos ensaio, nas indústrias de uma maneira em geral.

São atividades da Metrologia Científica – referenciar, direta ou indiretamente, os padrões metrológicos nacionais aos internacionais visando a harmonização através de comparações-chave, comparações internacionais (foram 34 ano passado), comparações regionais e rastreabilidade.

Dentro dessa função temos as comparações interlaboratoriais internacionais que vem crescendo nos últimos anos, realizar, representar ou reproduzir as unidades de medida, bem como manter e conservar os padrões metrológicos nacionais. Dentro dessa área vimos o crescimento do desenvolvimento de padrões e sistemas de medição (registro de softwares, tipos de MRC desenvolvidos e novos métodos de medição implantados)

Outra atividade importante da Dimci é a participação de fóruns e organismos internacionais, como o SIM, o IMECO, com vários comitês e representantes da Dimci, nacionais e regionais como o SBM, relacionados às atividades de Metrologia Científica e Industrial, bem como representar o país no BIPM e em outras instâncias internacionais. Mostrou ainda a participação da Dimci em eventos e uma significativa participação de profissionais dessa diretoria.

Outra atividade é prover rastreabilidade aos padrões metrológicos dos diversos laboratórios nacionais e o nº de calibrações e ensaios que são feitos, além de desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas relativas à metrologia e áreas correlatas.

Assuntos Tratados

Página 4 de 4

Ressaltou a importância que a DIMCI dá aos mestres e doutores dentro da sua força de trabalho e o investimento na contratação desses profissionais ao longo dos últimos anos. Citou, ainda, os investimentos em equipamentos, principalmente nos Laboratórios de Química e Materiais.

Apresentou as realizações da Dimci na organização de congressos científicos internacionais, os objetivos de participação, a participação, também, nos painéis setoriais, envolvendo os setores, públicos, acadêmicos e privados

Comentou acerca da atuação da Dimci na área de bicombustível – Brasil é uma das maiores autoridades mundiais nessa área. Citou o desenvolvimento de material de referência como o álcool Etílico Hidratado e Anidro. Outro projeto importante é uma parceria com a Fiat no desenvolvimento de motor com base em óleo vegetal usado como combustível para tratores nas áreas agrícolas podendo ser utilizado, ainda, como gerador de energia.

Outra preocupação da Dimci é a disseminação do conhecimento – mestrado em metrologia, cursos técnicos, este, inclusive com uma parceria com o Cicma para implantação em outros estados que manifestaram interesse.

Por fim apresentou uma visão geral da diretoria contemplando infraestrutura (10 divisões), organograma e divisões laboratoriais.

Apresentação DIMEL

Sr. Luiz Carlos iniciou sua apresentação mostrando uma figura que define, dá a idéia da preocupação da Metrologia Legal em harmonizar a relação de interesses divergentes na área comercial, não obstante atuação também nas áreas de saúde, meio ambiente e segurança.

A Metrologia Científica atua no campo voluntário da metrologia – quem procura processo de calibração procura de forma voluntária. Já a Legal, atua no campo compulsório, regulamentado, num campo em que estado oferece o controle. A Metrologia Científica tem foco no resultado da medição e Metrologia Legal foco no instrumento de medição. A Metrologia Científica tem uma relação com a Legal que é a de garantir rastreabilidade aos padrões. A Científica presta um apoio à Legal, que precisa da rastreabilidade da Metrologia Científica para que a Metrologia Legal faça o trabalho e verificação dos instrumentos que estão sendo utilizados.

Para desenvolver a atividade de Metrologia Legal trabalha-se com resolução, com lei – a Resolução Conmetro 11/88 deixa claro onde a Metrologia Legal atua – controle metrológico – conjunto de atividades de metrologia para a garantia metrológica. Regulamentamos e desenvolvemos a atividade de Controle Metrológico Legal.

O significado do Controle Metrológico Legal consiste no controle legal dos instrumentos (apreciação técnica do modelo e verificação: inicial e subsequente), supervisão metrológica e perícia metrológica.

A Dimel faz os regulamentos, apreciação técnica de modelos de instrumentos (utiliza a Dimci, laboratórios acreditados em alguns casos) e a supervisão das atividades. A Rede faz a verificação de instrumentos (inicial e subsequentes) com mecanismos de terceirização, controle da indicação quantitativa de produtos pré-medidos, inspeção e fiscalização em serviço.

Uma novidade é o desenvolvimento de uma discussão sobre pesquisa regulatória. Precisamos melhorar os processos. A idéia da pesquisa é ser um meio de investigação científica e técnica de agregar valor aos atos normativos, realizando uma análise mais profunda, identificação de objetivos, estudos, impactos, aplicabilidade – usado pelo órgão regulatório de maneira pro ativa não só reativa (por demanda), formatação de estrutura, grupo de pesquisa, comissões, projetos de pesquisa que possam impactar na hora de fazer esses regulamentos.

Próximas Etapas do processo: instalação da comissão, seminário na Anatel sobre o tema, apresentação da pesquisa no CBR do Conmetro, realização de seminário com as agências reguladoras, articulação com a UFF e UERJ.

Professor Jornada comentou a palestra do Sr. Luiz Carlos – desafios, inovação, questões ligadas à inovação. Vê uma enxurrada de equipamentos novos, sob análise, produzidos por fabricas, demanda por aprovação

de modelo, tudo muito complexo. Muitos produtos de qualidade ruim – exemplo medidor de energia elétrica. Recai tudo na Dimel. Fora gama de instrumentos novos.

A questão da Pesquisa regulatória, área nova, importante – balizadores para tomar decisões eficientes, até mesmo a nível internacional. Diferente da metrologia científica, a metrologia legal recebe muita pressão para aprovação de modelo. Importante tratar essas pressões, de forma isenta, clara e tecnicamente competente. Desafio para todos. O que a Dimci e a Dimel podem fazer pela Rede e o que a Rede pode fazer pela Dimci e pela Dimel?

Exemplificou comentando acerca das Calibrações – Rede pode ser agente desse processo e, demandar serviços, cursos, organização de painéis setoriais, pode ser útil a nível estadual. Rede pode atuar e participar, também, como ator importante em congressos.

Apresentação Dqual

Sr. Alfredo Lobo da Dqual comentou acerca da estrutura da Dqual, de como a Diretoria da Qualidade pode ajudar a Rede e de como a Rede pode ajudar a Dqual, seguindo a linha de pensamento do Professor Jornada. Falou do negócio da Dqual que consiste na coordenação da implantação de programas de avaliação da conformidade que estão organizados por processos. – Quatro processos conduzem as atividades: articulação externa e desenvolvimento de projetos especiais, estabelecimento de programas de avaliação da conformidade, acompanhamento no mercado e promoção da atividade de avaliação da conformidade. Dentro desses processos falou das atribuições e responsabilidades de cada Divisão da Dqual comentando sobre o Programa de identificação e priorização quadrienal de demandas que tem por objetivo o estudo que conduz ao estabelecimento de programas, acompanhamento de mercado, promoção da atividade de avaliação da conformidade e ainda sobre a assistir as partes impactadas nos programas de forma a facilitar sua implementação, além de codificar essa demanda (estudo de viabilidade).

Detalhou as fases de estabelecimento de um programa de Avaliação da Conformidade, um por um, das atividades de cada divisão, da pertinência do desenvolvimento, mapeamento dos impactos, - desenvolvimento dos programas das regras e de como a Rede precisa ser mais envolvida nesse processo, nos comitês técnicos – promover mais a participação de técnicos da Rede pode ajudar em muito no estabelecimento dessas regras, na avaliação dos requisitos. Terminado o desenvolvimento, há a publicação do programa com prazo de adequação, há a criação de facilidades para cumprir os requisitos, período de manutenção.

Comentou acerca da identificação da necessidade dos treinamentos serem realizados á distância, o que está sendo feito em parceria com o Cicma de forma a reduzir em pelo menos 20% os gastos com capacitação.

Com relação à coordenação da fiscalização a Dqual conta com o Plano Anual de Fiscalização onde há o estabelecimento de prioridades, a regionalização da fiscalização, o conjunto de orientações para daí ser apresentado uma proposta de plano havendo a negociação de metas, a análise crítica de resultados o acompanhamento o monitoramento das atividades.

Outra atividade é o aperfeiçoamento dos programas – novos requisitos – processo operacional de aperfeiçoamento – confiança na conformidade com menor custo possível para a sociedade.

A Dqual já conta com 123 programas, 40 em fase de implantação – desafio de fazer uma boa implantação assistida desses programas, A Dqual tem ainda 101 programas em desenvolvimento o que vai dar um total de 264 programas. Cabe destacar a questão dos laboratórios acreditados - confiança das medições – confiança na conformidade de produtos e regulamentos – laboratórios e organismos. Compete a Dqual e a Cgcre a acreditação dos laboratórios e organismos que vão conduzir as certificações e inspeções, ensaios, calibrações

Outro nº interessante da atividade é o nº ações de fiscalização – em 514 mil vezes uma equipe de fiscalização atua para verificar se os requisitos estão sendo cumpridos e se os produtos estão adequados.

Sr. Alfredo Lobo chamou a atenção de outro nº - em 1999 eram 15 programas, em 2004 - 61, hoje 164 e vamos chegar ao final do ano com 195, o que aponta um crescimento exponencial. É crescente o nº de

Assuntos Tratados

Página 6 de 6

demanda por estabelecimento de programas de avaliação da conformidade e, por conseguinte, por fiscalização.

Convém chamar a atenção, também, do crescimento do nº de operações de fiscalização. Isso foi alcançado modernizando a gestão da Rede, criando instrumento para fazer aumentar essas ações, através, principalmente, do plano anual de fiscalização o que provocou uma forte regionalização dessas ações.

Apresentação Cored

Sr. Omer da Cored iniciou sua apresentação com a estrutura / organograma do Inmetro – as interfaces entre as diversas UP's do Inmetro, a estrutura orgânica e composição da Rede, a coordenação e supervisão das atividades delegadas, o atual Modelo de Relacionamento, o ciclo de reuniões, as diversas instâncias e fóruns, o filtro de demandas, problemas e soluções dadas a cada etapa do processo. Comentou, ainda, sobre o caso Paraná e Rede Metrológica, sobre o Novo Modelo de Relacionamento, onde está salientada a figura do Escritório Regional e de parceiros/terceiros, a exemplo da Rede PR (situação específica) e da contratação direta com oficinas, postos credenciados de cronos e, ainda, dos benefícios para os órgãos delegados a partir da criação desses Escritórios.

Sr. Omer ressaltou o objetivo de todo o processo que é a confiabilidade nas medições e na qualidade dos produtos, além da harmonização nas relações de consumo.

Comentou acerca da delegação das atividades através do instrumento de delegação: convênio de cooperação técnico administrativa.

Temos que nos preparar para receber as demandas que a sociedade vem exigindo cada vez mais e esse é um grande desafio, enfatizou Sr. Omer.

Importante refletir sobre novas possibilidades, novos parceiros, para atender novas demandas nos preparar para suprir todas as necessidades, não pode existir vácuo. Caso contrário alguém vai ter que fazer.

Ressaltou, ainda as vantagens desse novo modelo com a inclusão dos Escritórios Regionais que amplia a possibilidade de convênios, maior autonomia de decisão (Inmetro/Órgão Delegado), flexibiliza as decisões sobre investimentos e compras, agilidade nos processos e utilização SIAFI.

Apresentou os pontos fortes do atual modelo: adequação, interação, entrosamento, agilidade, planejamento e acompanhamento – questões técnicas e os problemas que envolvem custo, envolvimento, compreensão, planejamento e acompanhamento – questões orçamentárias e financeiras e comunicação.

A partir do projeto piloto de benchmarking da Cored, estamos procurando através de Organizações de Referência avaliar sobre o ciclo de relacionamento e refletir sobre as possíveis melhorias desse processo.

Finalizando ressaltou o problema da comunicação evidenciado pela experiência do Boticário, uma das OR's visitadas no projeto benchmarking que consegue trocar seu setup cada 20 dias em cada um dos 2000 pontos de venda e tudo através de um sistema (extranet) muito bom de comunicação que vale a pena discutir.

Apresentação DIPRO

Professor Azevedo, substituindo o professor Wanderley, abriu sua explanação falando acerca da filosofia básica da diretoria – construção de laboratórios de pesquisa, captação de recursos externos, convênios, interação com as diversas áreas do Inmetro, incentivo à pesquisa fundamental em áreas de fronteira como mecanismo para atrair pesquisadores, dentre outros. O Inmetro não é um órgão de pesquisa, mas para atuar nas questões que se colocam para a Metrologia ele tem que estar num nível de conhecimento como um suporte para o desenvolvimento comercial e industrial.

Comentou sobre infraestrutura de material biológico e coleções de material biológico objeto de patentes em cooperação com INPI, estabelecimento e manutenção de material de referência de cultura de diferentes tipos celulares, manutenção de coleção de vetores de manipulação e construção gênica e manutenção de linhagem de animais experimentais

Falou, ainda sobre a construção do novo conjunto de prédios para alocar toda a parte de biometrologia, dentre eles o centro de material biológico que guardará todas as patentes biológicas do país e um centro geral de facilidades laboratoriais.

Assuntos Tratados

Página 7 de 7

Continuando falou sobre Programas acadêmicos integradores (curso de mestrado profissional, especialização (voltado para a Metrologia Legal) com residência técnica), articulação de programas, articulação com a UFRJ (convênio para montagem de um campus em Xerém – curso de graduação) e Secretaria de Estado da Educação e articulação para programas técnicos científico.

Sra. Andréia fala do objetivo geral de atuação dentro da área de biotecnologia que é a implantação de um moderno centro de biotecnologia no Inmetro, voltado para áreas de demanda nacional, como bicombustível.

Dando continuidade falou sobre a Biometrologia – trata-se de uma subárea bem recente, laboratórios provisórios, um ano de início dos trabalhos, uma ciência que está sendo discutida com o BIPM, parâmetros ainda não estão definidos, mas algumas áreas de atuação já estão sendo trabalhadas - Centro Brasileiro de Material Biológico (depositário de patente), biotecnologia (projeto de bioetanol, biodiesel, biomassa), biologia estrutural, bioengenharia – apoio logístico ao CBMB (medicina regenerativa, demandas por programas de avaliação da conformidade na área médica – demandas para a Rede), fármacos, medicina e saúde (cooperação com a diretoria da Qualidade e uma parte com Metrologia Legal – avaliação de equipamentos médicos, eficiência das análises clínicas, avaliação o conteúdo e eficiência dos fármacos incorporados aos medicamentos produzidos atualmente), metrologia forense (área voltada para o Ministério da Justiça / parte científica voltada para produção de material de referência, mas também validação de Metodologias – identificação humana, drogas e balística forense – perícias – áreas demandadas pelo próprio Ministério da Justiça, além de outras cooperações, convênios e certificações

Apresentação DITEC

Sr. Roberto Guimarães disse que para contextualizar um pouco o documento que encapa a Proposta de Política Industrial Tecnológica e de Comercio Exterior de 2004 salienta a inovação como elemento chave para o crescimento da competitividade industrial e nacional, diferencial competitivo das empresas dentro de um mercado globalizado.

A lei 10.973 – lei da Inovação define inovação como sendo introdução á novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços. Inovação só vale á partir do momento que vai para o mercado e usado por ele. Inovação está lincado à pesquisa e desenvolvimento.

Assim, falou das atribuições da Ditec que envolve identificação e fomento de tecnologias/pesquisas que solucionem defasagem tecnológica das empresas brasileiras (estudos estratégicos), avaliação do impacto econômico e social da tecnologia e proteção da produção intelectual do Inmetro e pesquisadores envolvidos, disseminação/transferência do conhecimento e de novas tecnologias para apoiar a inovação das empresas e a sua inserção competitiva.

Dessa forma, o objetivo da Ditec é o apoio á inovação na empresa levando tecnologia criada no Inmetro ou em parceria com outras instituições.

Em seguida apresentou a estrutura da Ditec e a força de trabalho que envolve 33 profissionais entre servidores, bolsistas e contratados.

Para o desenvolvimento dessas atividades há instrumentos de execução /gestão. Por decreto a Ditec é o Núcleo de Inovação Tecnológica do Inmetro. Para orientar suas ações foi aprovado internamente uma política de proteção intelectual e transferência de tecnologia do Inmetro. Essa política é aplicada por um comitê de proteção intelectual.

Embora recente, a Ditec já tem alguns resultados a apresentar - projeto piloto de avaliação de impacto – etanol como material e referência – determinação do valor econômico do etanol combustível.

Algumas atividades de disseminação dessa cultura, proteção intelectual registro de patentes é uma coisa muito nova para os pesquisadores do Inmetro. Esse trabalho envolve palestras e treinamentos além de Painéis Setoriais - importante ferramenta de prospecção e demandas, parcerias para inovação (palestras, visitas, cooperação – bicombustíveis e Laboratório de Telecomunicação, Tecnologias protegidas (depósito de pedido de patente no INPI) produzidas pelo Inmetro ou em parceiras.

Comentou do projeto do Parque Tecnológico que é uma forma de transferir tecnologia, apesar de projeto, mas com algumas ações bem avançadas. Ele compreende uma parte para receber empresas, uma incubadora de projetos, proposta de uma Escola Técnica, de um hotel conceito (não só para hospedagem, mas para servir de modelo – projeto em Cooperação com o Ministério do Turismo – classificação hoteleira / intenção de reproduzir todos os tipos de classificação – orientação para os trabalhos da RBMLQ-I), Laboratório para teste de desenvolvimento de motores, local para abrigar micro e pequenas empresas, incubadora de empresas e projetos incubados ou em incubação. Por fim, fez uma provocação à Rede numa visão de futuro – com relação ao Prêmio Metrologista, uma proposta é que o metrologista que receber um prêmio em função de uma idéia inovativa que tenha para melhoria dos serviços, equipamentos dos serviços metroológicos, o Inmetro possa avaliar a possibilidade de comercialização do produto, avaliar se a proposta de melhoria premiada pode constituir uma patente, providenciar o pedido de patente, Incubar o projeto deste produto, abrigar no PTI a empresa produtora.

Apresentação CICMA

Professor Américo do Cicma falou do futuro do processo de certificação de Metrologia Legal e Avaliação da Conformidade.

Falou do objetivo do plano de Capacitação desenvolvido em parceria com a Cored, o público alvo desse Plano que vem sendo implementado através de várias atividades como formação de interlocutores de recursos humanos, formação inicial de agentes de metrologia legal e avaliação da conformidade, formação de técnicos em TI (um dos elementos chaves para garantir o funcionamento da estrutura de informação e comunicação que estão sendo implantados).

Chamou a atenção para o futuro do processo de certificação dos agentes de metrologia legal e de avaliação da conformidade. Levantou a questão de como se dar esse desenvolvimento. Na oportunidade destacou cláusulas do convênio que citam as competências do Inmetro e do Órgão Executor com relação à qualificação, capacitação – a certificação é hoje um processo desejável, mas não é obrigatório. Na prática os agentes carecem de formação técnica e perfil adequado. O agente é mais do que um conjunto de conhecimento. Os processos de treinamento competem com as atividades e a todo o momento necessário se faz a compatibilidade de datas.

Como marco futuro, podemos propor elementos básicos no convênio que ensejem num processo de certificação obrigatória – processos de certificação inicial e contínuo, validação periódica. (futuro 1)

Que os processos de seleção (concursos públicos) deverão ter a formação como um de seus passos – processo de formação como um dos passos para a posse do concursado –aprovação no curso é que garante a posse, exame de avaliação de perfil, curso específico de agente. - futuro 2 – processo de certificação interna

Futuro 3 – formação do público externo em metrologia e avaliação – curso técnico em metrologia a ser implantado em escolas técnicas (projeto que integra várias ações) – cursos de formação/capacitação de professores, formação de disciplina para cursos de graduação, formação de micros e pequenos empresários para inovação, realização de cursos para inovação e empreendedorismo

Dessa forma o futuro é uma rede para inovação.

Visão da Diretoria da Qualidade – Visão de Futuro

Sr. Lobo falou das reflexões da Dqual através de discussões internas e contribuições dos gerentes.

O tema foi tratado consolidando uma visão do contexto atual demanda crescente pelo estabelecimento de programas de avaliação da conformidade, demanda de criação de programas – 40% são demandas de mercado, demandas de priorização de fiscalização associada a uma pressão política. Temos que nos estruturar, analisar bem essas demandas, mas sem deixar de dar foco àquilo que merece foco, Outra constatação importante são ações pré-mercados- criar uma norma, regulamentar, certificar não mais propiciam um adequado grau de confiança na confiabilidade de um produto. Com o fenômeno da globalização e a entrada da Ásia no mercado contribuiu para que cerca de 40% dos brinquedos 50% de

eletroeletrônico que chegam à Europa tenham algum tipo de não conformidade. O que está sendo valorizado hoje são as ações de acompanhamento do mercado. Europa atuando fortemente na questão da internalização. Valorizando a fiscalização nos portos, aeroportos para não deixar os produtos irem para o mercado.

Como conseqüência desse entendimento de que as ações pré-mercado não são suficientes para propiciar um adequado grau de confiança há a valorização das atividades de fiscalização e uma demanda por aumento da estrutura fiscalizatória. Há, ainda, uma demanda por aumentar a extensão territorial da fiscalização porque muitas das vezes os produtos sem conformidade assegurada são colocados em cidades distantes. Essa seria nossa visão de cenário atual.

Num segundo momento e dentro de numa visão de futuro a idéia é criarmos uma Rede com efetiva liderança do Inmetro e atuarmos em Rede onde haja uma forte integração. Isso passa por comunicação, por capacitação, interação, passa por gestão sistematizada, passa por automação das atividades de fiscalização. Fica claro que o desafio futuro é efetivamente internalizarmos o conceito de Rede com um bom sistema de gestão, com metas, análise crítica, com cobrança de resultados, com sistemas de conseqüência. A modernização da Rede é inevitável com atuação em todo território nacional de forma integrada com foco setorial orientado pelo Inmetro enfatizando os produtos de maior risco ou que apresentem elevado índice de irregularidade. Isso significa termos capacidade de identificar quais são os setores críticos, produtos que apresentem maior histórico de irregularidade de forma a fazermos planos de fiscalização focados nas efetivas necessidades do país.

O foco da atuação passará a ser nos portos, aeroportos com a devida competência legal para tal. Cabe aí uma reflexão – são 16 portos por onde entram produtos nos pais, e um nº grande de aeroportos, dimensão territorial, áreas enormes de fronteira. A infraestrutura de fiscalização vai ter que prever a atuação nos portos e aeroportos, o que implica em dizer que a vai crescer o contingente de fiscais para atuação nessas áreas.

Outro compromisso que vem sendo discutido é fazermos os planos de fiscalização, análises críticas dos resultados e os recursos passados pelo Inmetro serem provenientes de resultado efetivamente alcançados pela ação fiscal.

Importante citar uma outra situação a mudança de papel do fiscal, ao invés de atuação única no papel (órgão polialesco) os agentes passaria a atuar como agente de desenvolvimento da competitividade local alinhado aos objetivos estratégicos do Inmetro.

Salientou ainda o aumento das ações de acompanhamento de mercado por agentes externos principalmente pela concorrência. Paralelamente as ações de fiscalização do Inmetro, a concorrência deve fazer o acompanhamento de mercado, a exemplo do que ocorreu com os extintores de incêndio. A concorrência passa as informações para que o Inmetro tenha foco nas ações de acompanhamento de mercado, ratificando as não conformidades e tomando as ações punitivas cabíveis

Outra reflexão diz respeito ao conceito do fiscal do governo. A sociedade sendo importante agente de fiscalização, procurando as ouvidorias dos órgãos, denunciando. Isso é um aspecto que temos que refletir no traçar de uma futura Rede.

Outra questão importante é que a Rede vai ter que apoiar o Inmetro nas ações de implantação assistida dos programas de avaliação da conformidade.

E, ainda, uma atuação decisiva nos programas do governo – compras públicas, a exemplo do que ocorreu com Caminhos da Escola, Uniformes Escolares, - assessoramento dos órgãos públicos nas licitações, descrição dos bens, inspeções.

Concluindo, falou sobre a Norma de Descarte de produtos apreendidos, do Grupo de Trabalho criado para esse fim. E projetou preocupação para os próximos 10 anos quando a demanda vai ser crítica, considerando, principalmente o impacto ambiental. Uma questão inevitável que também terá que haver uma ampla discussão.

Visão de Futuro da Dimel

Antes de falar sobre a visão de futuro, Sr. Luiz Carlos Gomes da Dimel, fez uma observação sobre o que é feito hoje. A Dimel faz avaliação da conformidade de um determinado produto que pode ser um instrumento de medição ou pré-medido. A aprovação de modelo, verificações também é avaliação da conformidade. A área da Dqual tem vários mecanismos utilizados para avaliar a conformidade desses produtos. Na Metrologia Legal a Dimel/Rede faz quase tudo, não utiliza mecanismos que a Dqual tem. Na Europa o que se viu foi a utilização desses mecanismos para avaliar o produto, instrumento de medição dentro da Metrologia Legal. Essa é uma questão sem volta. – isso vai acontecer. Essa é a primeira e principal reflexão a ser feita E essa é uma questão tão complexa, que pensou na apresentação da elaboração de um documento que é a resolução do Conmetro de agosto de 2008 que fala sobre Diretrizes Estratégicas para a Metrologia Legal 2008/2010. Houve uma ampla discussão sobre essas questões, então a idéia aqui é extrair os desafios desse documento que precisam definir.

O documento levanta alguns desafios para a Metrologia Legal, como novos campos de medição sujeitos ao Controle Metrológico, novas tecnologias – softwares, tendência geral a repassar determinadas atividades a organismos especializados, ou seja, o estado sair do circuito e passar a ter um papel mais de controle, fatores vários de desenvolvimento – terceirização da atividade – fabricante ou outra entidade (imparcialidade)

Outro trecho do documento fala de tendências da Metrologia nas áreas da saúde, segurança, meio ambiente – recursos naturais (essa área uma das mais importantes para a Metrologia Legal no século XXI haja vista a escassez dos mesmos), no domínio do litígio e nas relações contratuais, novas tecnologias que estão surgindo e a preparação do órgão regulatório, de forma competente e eficiente, para a regulação dessas novas tecnologias, pesquisa regulatória (investigação científica e tecnológica), focada na regulamentação. O envolvimento da Metrologia Legal nas questões de barreiras técnicas, criação das diversas agências e a relação da Dimel com essas agências, o papel reservado ao Estado diante da crescente transferência de determinadas atividades técnicas a outros organismos – a adoção de novas formas e novos agentes na execução da atividade de Metrologia Legal, em especial nas áreas em que o controle metrológico ainda não está completamente implantado, a acreditação, a designação, a incorporação de outros agentes públicos ou privados na consecução das atividades assessórias ao controle metrológico legal facilitando entender e diversificar a cobertura atual.

O documento estipula propõe uma série de metas – expandir e buscar a melhoria contínua dos serviços de Metrologia Legal como nos setores de petróleo, monitoramento de bebidas para fins fiscais, nos setores de serviço público (energia, gás e água), nos instrumentos de medição no âmbito da segurança do trânsito, nos setores de saúde, meio ambiente e recursos naturais.

O documento cita, ainda, o fortalecimento da RBMLQ-I por meio da implantação de novos laboratórios, da modernização da infraestrutura laboratorial e da capacidade tecnológica e gerencial de seus integrantes.

Continuando, o documento traz também como meta ampliar e consolidar a incorporação de novos agentes na execução das atividades técnicas, estimular e apoiar a expansão da indústria de instrumentos de medição e de pré-medidos, fortalecer a integração e o reconhecimento externo da Metrologia Legal Brasileira em fóruns internacionais, ampliar, aprimorar os programas de capacitação, parceira com agências e órgãos reguladores, estimular o uso das normas NBR ISO 9000 e da norma NBR ISO/IEC 17025 na RBMLQ-I, guia de boas praticas de regulamentação, mecanismo de discussões sistemáticas, adotar ações para a confiabilidade metrológica, ampliar e intensificar as atividades e ações visando fortalecer a supervisão metrológica, ampliar o alinhamento da regulamentação metrológica aos parâmetros internacionais estabelecidos pela OIML, promover programa de educação em Metrologia Legal, apoiar um sistema de certificação, por competência e de terceira parte, para técnicos da Metrologia Legal.

Em resumo o cenário esperado então – reforço da importância da Metrologia Legal na área da saúde, segurança, proteção ao meio ambiente e controle dos recursos naturais, descentralização das atividades do controle metrológico para entidades não ligadas ao Estado, tendência para o Estado assumir um papel mais regulador do que prestador de serviços do Controle Metrológico, aumento da participação do campo voluntário (acreditação/certificação) no Controle Metrológico, controle mais voltado para o aspecto de vigilância do mercado e fiscalização.

Concluindo sua apresentação Sr. Luiz Carlos da Dimel disse que a questão, o elemento a se discutir é quanto tempo para chegar até essa situação, como trabalhar isso e como a Rede vai ser envolvida nesse processo

Visão da RBMLQ-I

Sr. Jair Durigon do Imeq-MT, representando a RBMLQ-I, apresentou suas considerações à respeito do avanços, do futuro da Rede.

Inicialmente, agradeceu por ter sido destacado para falar sobre o tema. Fez questão de registrar reconhecimento à gestão do Inmetro.

Enfatizou sua percepção quanto ao reconhecimento nacional e internacional do Inmetro. Reconhece o bom relacionamento Inmetro x Rede. O modelo de Relacionamento é um bom modelo e propicia esse bom relacionamento e um bom fluxo de informações, apesar de observar oportunidades de melhoria no modelo atual. Conforme atestado pelo Omer, a Cored tem buscado outros modelos não só para confirmar o modelo atual, mas para trazer propostas de melhoria.

Reconheceu, ainda, novas ferramentas como a criação da Cored, do Cicma e SGI, que trouxeram mais facilidade, um ganho muito grande, atalhos para alcance dos objetivos.

Disse entender, também, que a composição das diretorias do Inmetro com pessoas que conhecem de fato o operacional ajudou muito ao relacionamento com os órgãos delegados.

Outro reconhecimento é que os órgãos delegados têm a confiança de que o que é acordado vai ser cumprido, não obstante os contingenciamentos existentes, que é real.

Apresentou algumas dificuldades levantadas por vários dirigentes – uma rotatividade muito grande, falta de controle sobre essa rotatividade, e uma fragilidade de mandados muito grande, em algumas ocasiões interferência do estado muito forte sobre ação dos órgãos delegados, interferência política, outras vezes nomeações de dirigentes sem o perfil adequado culminando em algumas ações fora do que se espera que acaba arranhando a Rede toda e podem em alguns momentos abalar a confiança.

Quando se fala o que a Rede pode representar nesse papel que o Inmetro tem para com a sociedade e o que ela pode receber de delegação – um ponto frágil é a rotatividade, é a não permanência por mais tempo dos dirigentes e a forma como são nomeados, sem uma condição de pré qualificação e de perfil.

A RBMLQ tem uma dificuldade muito grande também de atuar como gestores porque temos que atender ao governo federal e ao estadual, com regras muitas vezes conflitantes, com políticas conflitantes, em algumas vezes até com oposição que se mostram fortes e outras vezes planejamentos estratégicos divergentes. Enquanto o Inmetro nos estimula por um lado o governo nos estimula para o outro e temos que atender as duas coisas e estar dentro das duas intenções porque sentimos obrigação no que o convênio delega e temos obrigação de responder politicamente e atender as demandas do Estado uma vez que temos nomeações estaduais.

Sentimos, no ponto de vista operacional e acompanhamento de mercado, falta de recursos materiais, praticamente a inexistência de reconhecimento, por exemplo, poucos laboratórios dos órgãos delegados têm reconhecimento formal ou são acreditados e trabalhamos com uma tecnologia muito defasada. É admirável ver as prospecções, as falas das diretorias, mas necessário se faz uma visita aos Órgãos para identificação do tipo de instrumentos a Rede trabalha, equipamentos, veículos inadequados, padrões não devidamente acompanhados, em estados com estradas muito difíceis, chegando a indústrias de alta tecnologia, principalmente aquelas que trabalham com commodities de alto valor no mercado. Estrutura precária da Rede frente ao avanço tecnológico e de inovação projetado – força voltada para o operacional.

É admirável perceber esse avanço que o Inmetro está projetando, prospectando, trabalhando, mas se a Rede tivesse um centésimo disso, desse olhar voltado para o operacional a Rede poderia dar um grande salto.

Concluindo, fez um convite para que toda a força, conhecimento, vontade de pensar o futuro, que boa parte dessa força viesse para o operacional. Registrou ter ouvido muitas citações com relação a indústrias, mas os órgãos delegados estão ficando um pouco de lado desse pensamento de futuro, desse

desenvolvimento em algumas áreas. Muitas coisas apresentadas no evento não eram do conhecimento de todos e acredita que a Rede se interessa em conhecer, mas torna-se cada vez mais necessário a identificação desse registro.

Recursos humanos – A Rede tem uma solicitação específica ao Cicma visando um pouco de flexibilização na seleção. As provas não têm dado oportunidade para a participação de muitas pessoas no curso, alternativas para viabilização do curso, sem considerar essa prévia. É preciso uma formação compatível, focada naquilo que foi delegado, uma formação continuada, até mesmo modular, tentar flexibilizar para aqueles que atuam no campo que também consigam se aperfeiçoar.

Outro ponto de dificuldade é com relação à governança, aos processos. O pensamento da Rede é de que as ações são muito demoradas, que a tomada de decisão precisa ser mais firme e rápida. Alguns indicadores mostram resultados preocupantes em alguns estados e esses resultados perduram por muito tempo e depois vem a notícia de rombo, do desvio. Essa percepção pode ser mais rápida, indicadores mostram que a tendência não é boa.

Trata-se de atividade delegada, que a responsabilidade e o poder de interferir é do Inmetro. No final quando há um problema os recursos saem do mesmo orçamento, seja custeio ou investimento. O recurso vai faltar para uma outra ação, quando ele não é bem aplicada.

Por último, a dificuldade colocada é de que a negociação é feita focada no repasse do percentual da receita arrecadada, mas há muita receita emitida e não temos muita governança sobre ela, principalmente agora com a entrada da Procuradoria. A Rede gostaria de trabalhar com uma perspectiva de uma percentual de receita arrecada, mas também que terão recursos externos para outros programas, outros apoios e que a receita emitida também seja considerada como resultado, mesmo que ela não gere possibilidade de recursos, mas que seja considerada, somada e verificada e, ainda, levantar o porquê num determinado momento há tanta diferença entre a receita emitida e a realizada.

Citou que como oportunidade a Rede gostaria que o Inmetro se posicionasse num local mais estratégico, não tanto operacional. Vai depender da capacidade, do interesse de cada estado, mas fazer ação de verificação pode ser feita por um agente metrológico, um agente técnico. Mas a fiscalização, a coordenação o desenvolvimento estratégico de perceber qual é o produto, o instrumento, a área que tem que ser mais bem acompanhada cabe a uma instituição pública.

O que se espera, então, é que a Rede esteja posicionada estrategicamente e possa contribuir e ajudar na coordenação das soluções locais estaduais.

Para isso é necessário investir em recursos humanos e materiais e fortalecer os mecanismos de controle de resultados.

Já há um conjunto de indicadores criados pelo GT, a Corede também apresenta sempre alguns bons conjuntos de indicadores, o Imeq-MT acompanha cerca de 50 indicadores, mensalmente. Se observarmos a força de trabalho na Rede percebe-se a necessidade de haver uma correção rápida sob pena de não contar com os avanços aqui apresentados como possibilidade.

A Rede entende que há atividades não delegadas que podem ser delegadas como o controle de vazão, auditoria de organismos de inspeção, calibração. Tem que haver mais pesquisa e desenvolvimento. Para tanto necessário se faz ter Centros Tecnológicos, para apoiar as ações locais que os estados implementam ou querem implementar.

Com relação ao modelo acreditamos que podemos conseguir fortalecer o modelo estabelecendo regimentos internos nos diversos níveis, fortalecendo, também a atuação do Conselho Gestor através do referendo de ações. É preciso garantir o mínimo necessário de estrutura, venha o recurso de onde vier mesmo considerando o esforço para que isso aconteça, e não obstante os contingenciamentos do governo federal e, também, estabelecer um sistema de recompensa. Aquele que tem melhor resultado tem que ser melhor atendido. A partir daí começa a vir um interesse específico. Talvez um dos problemas seja que a Rede recebe um tratamento mais ou menos uniforme. Aquele que tem condição de avançar tem um prejuízo maior. O convênio é praticamente igual para todos. Há estados que tem condição de estar mais a frente em determinado campo outros que não tem interesse, perspectiva ou vocação. Logicamente é mais difícil gerenciar convênios distintos, mas podemos trabalhar delegações distintas para aqueles que têm condição, competência e demandas distintas, finaliza o Sr. Jair Durigon do Imeq-MT.

Dia 25/05/10

Apresentação Audin

Sr. Autran deu início à sua fala dizendo que o que vai ser apresentado aqui é um desafio que já vem colocando em prática. Enfatizou que esse trabalho novo que vem sendo implementado que é as Auditorias Integradas e também uma apresentação sobre orientações sobre o período eleitoral.

O trabalho diferenciado que a Auditoria vem realizando apresenta um resultado bem positivo com relação aos gestores, com relação à Rede em si e, principalmente, com relação à aprovação das contas do Inmetro. Isso tem haver com as questões positivas dos órgãos delegados – contas regulares, apesar de algumas excepcionalidades.

Citou a Situação Regimental da Auditoria Interna do Inmetro, a missão, a visão da Audin e o enfoque dado por ela na conformidade entre as ações de nível estratégico, tático e operacional, na consecução dos objetivos, nas metas e planos do Inmetro, na eficiência na obtenção e uso dos recursos financeiros, materiais e humanos, na qualidade das informações contábeis, organização interna e procedimentos, adequação e cumprimento das normas, no Cumprimento da legislação, na segurança física e lógica, na proteção de ativos e na prevenção de erros, desperdícios e fraudes.

No que concerne ao uso de recursos financeiros, enfatizou que está na hora de mudar o modelo atual.

Realizar a seleção de fonte de recursos para fazer o desembolso, identificar o percentual de aplicação desses recursos de custeio e investimento, planejamento adequado, prioridade de pagamentos, gastos com responsabilidade.

Ressaltou a atividade de consultoria que a Audin vem sendo implementada junto aos órgãos e disse sentir falta dessa demanda por parte dos órgãos delegados, ainda que virtualmente, ou através de outros canais.

Citou, ainda, as competências da Auditoria interna, a base legal de atuação assim como a estrutura organizacional (foco em gestão, resultados – combinação de preceitos legais)

Sobre as Auditorias Técnicas – está sendo revista, principalmente no que tange à postura do auditor com juízo de valor do mesmo, sem o devido embasamento.

Comentou acerca do Ciclo dos Trabalhos da Audin, suas interfaces, estratégias de atuação, sobre o resultado dos trabalhos que é consubstanciado em relatório pela equipe de Auditores, submetido à apreciação do Auditor-Chefe, que, após sua ratificação, encaminha ao Presidente do INMETRO para conhecimento e, posteriormente, envia às áreas envolvidas para providências cabíveis, inclusive dando ciência às Secretarias dos Estados, às Prefeituras e à CGU/RJ.

Continuando, falou sobre o resultado dos trabalhos, sobre o produto da Auditoria que consiste no diagnóstico sobre o processo auditado, acompanhado das impropriedades, irregularidades e improbidades e/ou melhorias porventura identificadas, com a finalidade de subsidiar o gerente responsável por sua gestão. (Planejamento de ações, foco em gestão e resultados – mensuração dos trabalhos)

Destacou os valores tais como: formalismo e disciplina, praticidade, orientação para o cliente, foco em resultados

Discorreu sobre as Auditorias Extraordinárias, sobre o período eleitoral, sobre a identificação de desvio de despesas para campanhas políticas e os desdobramentos advindos dessa identificação.

Falou, ainda, da criação do kit dirigente máximo quando de sua nomeação – documento orientativo do Inmetro.

Enfatizou as ações de Planejamento, apresentou a matriz de risco baixo (falhas involuntárias), médio (falhas formais) e alto risco que implica em irregularidade, fraudes ou desfalques

Falando das novas ações de autoria, das parcerias, citou os três novos servidores que estão atuando na Audin – auditoria preventiva e que está sendo criado um novo modelo dentro da Auditoria – pós auditoria – trabalho mais corretivo.

Ana Aleixo lembrou que há, ainda, curso de formação de equipe nos órgãos delegados – treinamento para multiplicadores de auditoria. Questionou, também, sobre o registro em relatório de questões pontuais que

foram resolvidas no decorrer dos trabalhos de auditoria. Sr. Autran respondeu que esse é um dos assuntos que estão sendo revistos, concluiu ele.

Apresentação PROFE

Dr. Marcelo falou que a Profe vem trabalhando com a visão de futuro já há bastante tempo, comentou acerca da missão, dos principais tópicos para ter eficiência nos trabalhos e cumprir com a missão da Procuradoria - Legalidade (redução de litigiosidades - criação da taxa da avaliação da conformidade, avaliação do impacto da regulamentação, instruções processuais fundamentadas), - Eficiência (inadimplência mínima à garantia de recursos financeiros ao cumprimento de nossas atribuições legais, os recursos financeiros são do Tesouro Nacional que os repassa para o MDIC/Inmetro, são recursos (taxas/preços públicos/multas) que devem subsidiar todo o Sinmetro, protesto de CDAs (pioneirismo, inovação disciplinando o protesto dos entes públicos – resultado de até 48% de adimplência - efetividade financeira, redução na ordem de um milhão de processos de execução fiscal), cobrança administrativa e judicial, em parceria com a PF, controle da emissão de GRUs, pagamento antecipado das taxas, SGI em todos os estados da federação à uniformidade de procedimentos, Portaria Inmetro 339/2009 (cobrança antes da inscrição em DA), Cadin (outro instrumento de cobrança), governança dos créditos, qualificar a Profe ao atendimento das novas demandas internas (Inmetro/RBMLQ-I) e da sociedade, fixação de indicadores, metas e prazos aos atendimentos, utilização de TI nos processos da Profe (processos virtuais) – Segurança Jurídica (implica em prover confiança à sociedade, não só em relação às atividades técnicas como jurídicas, significa garantir estabilidade às situações sociais, fazendo-se a devida avaliação do impacto da regulamentação, instituição de instrumentos jurídicos claros e precisos que respaldem as nossas atividades, como a taxa de avaliação da conformidade (contrapartida remuneratória) que tem como fato gerador o exercício do poder de polícia administrativa, simplificação dos procedimentos processuais e acesso das informações/tramitações ao cidadão com a utilização de TI, contrato de Gestão/autonomia, alterações e atualizações das Leis 9.933/99 e 5.966/73) proposta de contratualização na administração pública – proposta de Lei Orgânica - autonomias), - Parceiras supervisionadas pelo Inmetro (novas demandas nos têm levado a resolver questões que não são nem de nossa atribuição legal. – buscar respaldo para a sociedade / criar estrutura magnânimas ou buscar parcerias? – repartir responsabilidades). Buscar parcerias de acordo com a lei orgânica, para dividir responsabilidades: ou criar uma estrutura capaz de gerir todas essas demandas, fazendo-se cumprir a subordinação técnica e jurídica, As novas demandas internas e da sociedade ensejam que o Inmetro, nos estritos termos das leis que regulam nossas atividades, firme parcerias com entes privados à realização de atividades materiais e acessórias, que não impliquem no exercício de poder de polícia administrativa, sempre, sob a sua supervisão, controle e se for o caso, o devido registro administrativo, Estruturas descentralizadas, seguindo-se política da União, forte no Decreto-Lei 200/67

Ressaltou a parceria com Procuradoria Federal – recuperação de créditos prescritos, saneamento da recuperação de créditos e falou que com o tempo o processo virtual é o que vai ser o utilizado - prova material ainda deve permanecer.

Dr. Ana registrou a dificuldade na cobrança antecipada das taxas em se tratando da excepcionalidade da Região Norte. Dr. Marcelo da Profe sugeriu a busca de alternativas para cumprimento da MP – discutir pormenorizadamente. Operacionalmente vamos buscar soluções paulatinamente.

Dra. Soraya pede orientação da Profe quanto ao elemento físico do processo, a guarda desses documentos, prazos, entendimento com relação à prova material, em detrimento do processo virtual a ser implantado.

Resumindo, Dr. Marcelo salientou a visão Profe para a Rede depois de Amanhã que inclui a proposta de criação de Medida Provisória, a Criação da taxa de avaliação da Conformidade, simplificação dos procedimentos processuais – acesso às informações, tramitação ao cidadão com auxílio da TI, Contrato de gestão – autonomia de gestão, alterações e atualizações das leis.

Com relação à Medida Provisória que altera a Lei nº 9933/99 e a 5966/73 disse que a discussão envolveu todas as diretorias do Inmetro, Ministérios, trabalho em conjunto e trazendo também muitos anseios dos

Órgãos delegados para colocar dentro do ordenamento jurídico de forma clara e precisa. Envolve também o MDIC, Ministério do Planejamento e a Casa Civil.

Mostrou as alterações propostas dos artigos 4º, 5º, 7º e 8º da Lei 5966/73 dentre elas a de excluir a nomenclatura normalização e incluir a palavra Tecnologia, outro artigo disciplina a contratualização na administração pública e com isso buscar evitar que o Inmetro sofra evitar sofra contingenciamento de recursos, mostrou as alterações propostas com relação às regras de contrato de gestão, metas de desempenho, prazos de consecução, indicadores, dentre outras. Dessa forma, Dr. Marcelo disse, com isso, parodiar a proposta de Lei Orgânica da administração pública brasileira. Assim, o Inmetro tenta ser um piloto de gestão na administração pública não só com relação às atividades finalísticas, mas, também, para com as atividades meio.

A dificuldade é conciliar interesses e entendimentos junto aos Ministérios, para fazer com que a proposta seja aprovada. Porém, considerando a credibilidade e representatividades do Inmetro, o crescimento em cima da gestão, o nível de eficiência é que nos deu ousadia de levar essa proposta de contrato de gestão.

O Contrato de Gestão atual tem muito mais obrigações que autonomia. A Administração Pública requer formalismo, mas não por isso devemos desconsiderar gestão e resultado.

Sr. Tadeu do Ipem-MG citou a percepção com os avanços. E falou da prerrogativa que dá incentivo ao pagamento de prêmio de produtividade. Fala da criação de lei estadual criando prêmio para os metrologistas fortalecendo a profissão. Dr. Marcelo salientou que não há outro caminho a não ser trabalhar com meritocracia, dos serviços, dos servidores, do atingimento de metas.

Com relação às obrigações do contrato de gestão, questão muito técnicas que vão ainda ser melhor discutidas com o Ministério do Planejamento.

Há, ainda, uma proposição de instituição de um conselho superior do Inmetro com composição do MDIC, MPOG, MCT, Presidente do Inmetro, Presidente da Academia Brasileira de Ciências, representante da área empresarial, representantes da comunidade científica e tecnológica, representante da entidade de defesa do consumidor – A idéia é dar uma robustez política à instituição que venha a ter planejamentos estratégicos perenes que não venham a sofrer flutuações políticas e que ele tenha inclusive a prerrogativa da indicação de três nomes para a presidência do Inmetro a se encaminhada ao MDIC. As competências desse Conselho vão também ser melhor discutidas.

Quanto as alterações da Lei nº 9933 a Profe está adequando conceitos, explicitando, atualizando algumas questões que envolvem certificação/avaliação da conformidade, acreditação (Inmetro como acreditador oficial), registro de objetos sujeitos à avaliação da conformidade compulsória – taxa de avaliação da conformidade, importação de produtos – anuência, planejamento e execução atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento científico e tecnológico em metrologia e em avaliação da conformidade e, em áreas afins podendo fazer isso em parceria com os órgãos conveniados, serviços de transferência tecnológica, estímulo à inovação no país, figura da designação, ponto focal de barreiras técnicas, concessão de bolsa de pesquisa científica e tecnológica, produção e alienação de materiais de referências, limites para concessão de suprimento de fundos, coordenação de regulamentos no Mercosul e demais blocos econômicos, instituição da taxa de avaliação da conformidade, possibilidades de parcerias com instituições públicas e privadas, garantia do agente público para ingresso nos locais para verificação e fiscalização de produtos e serviços, novos critérios para aplicação de penalidades de acordo com a gravidade da situação, regulamentação do lançamento das taxas metrológicas para que possamos inscrever em dívida ativa (lançamento simplificado), governança dos créditos – prerrogativa para que o presidente do Inmetro possa autorizar a realização de transações, acordos e redução de até 50% do valor do crédito, parcelamento em 60 meses, parcela mínima de R\$ 50,00. E, ainda, a prerrogativa de delegação dessa possibilidade para os dirigentes dos órgãos conveniados. Salientou, ainda, que sempre deve haver o controle do Estado quando houver atividades que requerem o poder de polícia.

Finalizando falou da visão e da proposição de transformar o Inmetro num órgão autosuficiente principalmente com a visão de eficiência da nossa gestão em parceria com a Rede.

Disse ainda que o que se buscou foi inovação para mudar e espera que a Casa Civil aprove a proposta.

Dra Ana do Ipem-AM falou da competência concorrente dos estados para execução das atividades o que Dr. Marcelo manifestou contrário haja vista a quebra da unicidade – adoção de políticas distintas.

Debates

Sra. Soraya do Ipem-RJ, iniciando os debates, falou, em termos de avanço, sobre a elaboração pela Audin da cartilha para quem está chegando à instituição por nomeação – enalteceu o alinhamento entre os indicadores do TCU com o planejamento do Instituto, disse que os indicadores ajudaram muito o entendimento da justificativa do processo. Citou dentro dos 4 E's a economicidade e efetividade e grande discussão dessa relação e pediu a devida orientação. Falou, ainda, da criação dos Escritórios e a possibilidade de contratação de entidades públicas ou privadas cuja atividade não requeira obrigatoriedade do poder de polícia. Dr. Marcelo contextualizou a questão, comentando da possibilidade de convênios, parcerias ou outros instrumentos de contratação para atender a demanda crescente da sociedade e disse que na prática isso já acontece através de um laboratório credenciado, por exemplo. O diferencial hoje com relação ao poder de polícia é o registro de objeto que é compulsório. O Inmetro faz parcerias, reconhece a capacidade técnica da entidade pública ou privada que assessora nossa atividade técnica. Finalizando Sra. Soraya também falou sobre a disseminação do BSC na ponta.

Sr. Jair Durigon do Imaq-MT citou a fala do Professor Jornada quanto a prover confiança e em relação a esse aspecto disse que o Sr. Omer da Cored demonstrou as diversas possibilidades de parcerias, com organismos, entidades públicas ou não. Precisamos pensar no que o órgão delegado, á frente, vai representar nessa relação. Temos a possibilidade do Escritório ligado aos órgãos delegados – sim ou não, outra esfera são as Redes de Inovação Tecnológica – relacionada ou não aos órgãos delegados, Organismos de Inspeção – que hoje não tem qualquer relação com os órgãos delegados, apesar da solicitação da Rede para que se construa essa relação. Ressaltou que gostaria muito que os órgãos delegados fossem para o Inmetro órgãos de confiança presentes nos estados e que pudessem estar situados numa posição mais estratégica, com recursos humanos e materiais em condição de representar aquilo que o Inmetro delega. Acredita que os órgãos delegados podem trabalhar com as Redes Metrológicas e questionou a atuação do órgão estadual quanto a terem o que outros organismos não têm que é a ação pública, o poder de polícia. Os órgãos podem ser mais demandados, mas esse espaço não será do órgão delegado se ele não se preparar para tal. A confiança precisa ser melhorada, muito dessa confiança depende da RBMLQ e outra parte depende de uma provocação do Inmetro, um deixar claro. Entendeu que a Rede pode se preparar melhor se tiver uma participação mais efetiva do Planejamento alinhando o Planejamento Estratégico da Rede ao do Inmetro para crescerem estrategicamente nas mesmas direções. E que a Dimci, a Ditec, a Dipro focarem boa parte dos seus esforços para resolver problemas operacionais da Rede. Há muita expectativa com relação aos órgãos delegados consigam se posicionar numa local mais estratégico e que a rede se prepare para ocupar seu espaço. Que o Inmetro pudesse interagir a apoiar a Rede em diversas áreas. Os órgãos devem se preparar para garantir a execução de novas oportunidades para os órgãos delegados.

Sr. Omer da Cored esclareceu que a proposta aconteceu naturalmente na medida em que se deparou com situações que não havia no órgão delegado a estrutura devida para o desenvolvimento das atividades. Na lei não há como abrir mão da delegação do poder de polícia a não ser para entes públicos. Ensaiair um instrumento não precisa do poder de polícia. O órgão delegado é um parceiro não só para fazer a execução e execução principalmente nas atividades que requerem o poder de polícia. Fazer ensaios de balança e bomba, não requer poder de polícia – rede metrológica está fazendo isso. Além disso, hoje o que está acontecendo são outros parceiros surgindo, por exemplo, a partir da demanda de crono, postos de ensaio. Ainda há idéias, trabalhar melhor isso. Estudar a estratégia de Portugal verificação eventual – ele ensaia o instrumento na hora. Relação entre Inmetro e órgão delegado – novas possibilidades com os escritórios criando facilidades. Várias alternativas, várias possibilidade, mas poder de polícia somente para ente público.

Sr. Jair do Imaq-MT se referindo a figura apresentada pelo Sr. Omer acha que pode aproveitar a metodologia, forma visual e posicionar os diversos serviços, atores para ficar claro a posição de cada um – colocar o órgão delegado no lugar do escritórios, sobreposto escritórios ao órgão e a relação desses entes todos passando pelo órgão estadual numa inter-relação. Que o órgão pudesse ser o lugar de aportar o acompanhamento construir a imagem que é necessária.

Sr. Omer da Corel disse que o importante é estar em busca de soluções, a idéia é essa mesma, acha que pode e deve ser melhorado, tirou de uma situação existente. Talvez criar um Grupo de trabalho, pensar no modelo – passa por uma devida capacitação dos órgãos – olhar o resultado, trabalhar com os n^{os}. Outra questão que requer atenção especial é que a execução das atividades delegadas não é efetivamente cobrada. Em contrapartida se o órgão não prestar conta de um suprimento de fundos, ou deixar de justificar o que está pendente em relação às áreas administrativa e financeira é cobrado. No modelo tem que ser focado o cumprimento da nossa obrigação, da nossa missão – atingindo o nosso universo – trabalho harmônico, com a figura devidamente capacitada. Nossa missão tem que ter a garantia de ser cumprida - Desafio de futuro.

Sra. Soraya do Ipem-RJ registrou que gostaria de agregar a questão da subordinação técnica e jurídica – o que isso quer dizer. A subordinação aos estados para que não haja confusão – há uma linha muito tênue no que diz respeito a essa subordinação

Sr. Patrocínio do Itps-SE falou da complexidade científica significativa em várias áreas da saúde, metrologia. Entende que essa reunião é a primeira de uma mais efetiva relação entre a metrologia legal e a científica. Com essas considerações espera desdobramentos a curto e longo prazo. A metrologia científica deveria debruçar um pouco na legal para dar mais tecnologia aos novos instrumentos e tecnologias que estão cada vez mais sofisticadas. Isso teria que acontecer em curto prazo.

No longo prazo questões mais sofisticada tecnologicamente que estão em desenvolvimento, como por exemplo, na área de fármaco, saúde, vai haver uma demanda muito expressiva. Entende que o Inmetro deve descentralizar essas questões, via rede ou não e sinalizar para que outras instituições se capacitem para trabalhar com essas atividades a exemplo do que ocorreu com a Petrobrás há dez anos não se acreditava que outras instituições pudessem entender e contribuir na área de petróleo e gás, mas a Petrobrás sinalizou essa necessidade e as instituições foram adquirindo competências através dessa sinalização para parcerias a fim de evitar gargalos. Importante desenvolver competências no país. Um órgão só não consegue fazer.

Agregar tecnologia em curto prazo e a longo prazo sinalização do Inmetro para descentralização de atividades de forma clara para que os órgãos comecem a atentar para essa parceria e desenvolver competências.

Sr. Luiz Carlos da Dimel lembrou que no dia anterior o presidente falou na criação de uma rede de inovação voltada para aspectos tecnológicos que poderiam ser os próprios órgãos delegados ou não. Podemos entender isso como uma sinalização de enxergar a possibilidade de criação de uma rede de inovação, que poderia estar nos moldes da relação com os órgãos delegados ou através de parcerias. A relação de aproximação com a Dimci foi um trabalho de aproximação – um processo foi iniciado e está acontecendo não foi concluído ainda. Quanto à necessidade de desenvolver avanços, registrou seu entendimento de que não necessariamente precisa passar pela Dimci e a Dipro. É importante pela própria natureza dessas áreas, mas onde houver conhecimento temos que desenvolver. De certa forma a Dimel e alguns órgãos delegados podem desenvolver tecnologia voltada para a metrologia legal sem necessariamente passar pela Dimci aproveitando as competências, vocações já existentes. A aproximação é importante, mas não é condição para se chegar a essa evolução.

Sr. Rogério do Ipem-FORT registrou que a discussão é oportuna e deve ser permanente. Há uma preocupação grande com a descentralização ou centralização das atividades do Inmetro. Há motivos fortes com essa questão: nomeações políticas, rotatividade grande. Todos os argumentos aqui colocados, a dimensão das atividades, vão exigir essa descentralização, não sabe em que momento. Citou como exemplo disso a competência do trânsito urbano migrados para os municípios, principalmente a parte técnica A despeito de diversos episódios lamentáveis, até de corrupção está sendo viabilizando dessa forma. É um caminho sem volta. De certa forma a opção é criar um leque de atividades, espectro de atuação do Inmetro X Rede. Tudo que é realidade um dia foi utopia, visão de futuro que os órgãos deixem de ser órgãos meramente fiscalizadores para serem órgãos de desenvolvimento de fomento estaduais.

Sr. Lobo da Dqual disse que há 15, 20 anos atrás, o Inmetro era um órgão focado nas ações de polícia administrativa, tido como órgão policialesco e hoje é um órgão de desenvolvimento do país. Houve uma ambiência favorável e hoje é um agente desenvolvimentista e tornou-se um símbolo no país. A sugestão é

uma aproximação dos setores produtivos locais para ajudá-los a superar dificuldades, no que diz respeito a melhoria da qualidade de produtos e serviços, aumento da produtividade, construir isso gradativamente, verificar dificuldades, melhoria das relações de consumo. Ao defender a melhoria da proteção do consumidor mais avança a conscientização do consumidor e ele foi um agente de mudança – essa foi uma estratégia do Inmetro. Sr. Lobo disse perceber alguns órgãos delegados traçando linhas de ação coerentes para melhoria e relações de consumo – produtivo, fornecedor, consumidor. O que vai fortalecer a imagem dos órgãos nas regiões é mostrarem-se como agentes de desenvolvimento.

Sr. Eduardo Sampaio do Ibametro complementando o questionamento de como os órgãos delegados podem estimular a qualidade e fomentar o desenvolvimento até para provocar uma discussão se esse seria um caminho. Falou da experiência da Bahia, que não se resume em executar as atividades delegadas, faz a certificação de processo de gestão e de produtos. Nesse contexto o Ibametro tem algumas atividades que poderia dar destaque em que faz as duas coisas, um deles diz respeito à produção de frutas, certificação de produtos o que viabiliza, em parceria com o Sebrae, acesso ao mercado externo ao pequeno e micro produtor – ação de desenvolvimento aos arranjos produtivos locais. Também na produção de sisal – muitos problemas detectados - processo de regulamentação do produto, hoje fase final de certificação – 1ª auditoria assistida. Paralelo a isso fizemos certificação do processo de gestão ISO de uma associação que é a maior da região. Essa é uma atividade que fomenta as duas coisas. Atividade desenvolvimento regional e qualidade sistema de gestão e certificação de produtos. Não obstante a isso, registrou dificuldades com relação ao convênio que não está previsto. Forma de estimular a qualidade, mas é um processo que requer uma preparação grande e desejável que o convênio abrangesse esse tipo de atividade que tem tudo haver com a atividade do Inmetro.

Sr. Omer da Cored disse que entendeu o sentido da fala do Sr. Rogério do Ipem-FORT como um questionamento de como a RBMLQ-I poderia fazer para ser um catalisador do processo, fomentar processo, ter mais organismos certificados, ter mais gente atuando em processo de certificação de produtos, não órgãos delegados serem certificadores. Esse tipo de atividade é voluntária e por isso está fora do convênio. Entende que isso é um caminho da iniciativa privada. Caso o órgão delegado desejar que o faça, mas não pode ser com recursos do Inmetro.

Sr. Lobo da Dqual disse que com relação ao convênio concorda com o Sr. Omer . Há no convênio quais as atividades que os órgãos *têm que fazer, pode fazer* e quais *não pode fazer*. Não pode ser certificador na área compulsória, havendo aí tipicamente um conflito de interesse. Ele estaria certificando, avaliando e fiscalizando e deve haver um dispositivo no convênio que impeça isso. Pode haver demandas por parte do governo e aí os órgãos serem dessa forma agentes de desenvolvimento. Com relação aos órgãos delegados serem certificadores ou não ela é polêmica. Ponto minimamente consensado entre Dqual x Cgcre é que em regiões distantes, pode ser viável, onde não há infra-estrutura, ter laboratórios, atuar como certificador. No campo voluntário qualquer um pode ser acreditado, independente de do estado, da região. Outro aspecto é que a presença dos órgãos delegados como certificadores pode ser significar serem agentes reguladores de preços das certificações. Há uma crítica de que seja essa uma concorrência injusta, porque se vale da vantagem de ser órgão público para concorrer com a iniciativa privada. Por último ressaltou que a atividade da avaliação da conformidade está crescendo muito. Disse perceber uma tendência das multinacionais certificadores incorporarem certificadoras brasileiras.

Sr. Sergio Maia do AEM-MS disse da satisfação em estar participando do evento. Parabeniza o Sr. Luiz Carlos pela iniciativa, registrou preocupação e satisfação com algumas questões abordadas no evento. Citou a impressão muito utilizada pelo Professor Jornada que é grau de confiança e disse acreditar que não obstante todas as proposições precisamos resolver as questões afetas à metrologia legal e avaliação da conformidade. Diz isso por conta das diferenças e características regionais têm muito a fazer para que os órgãos possam desenvolver suas atividades, necessário algumas adaptações, incrementos para tal.

Sr. Gaudino do Ipem-PR registrou sua expectativa quanto a debaterem um pouco mais os assuntos e temas propostos, mas disse também entender a necessidade de nivelamento com as exposições. Disse perceber dicotomias. Salientou que os órgãos delegados são instituições, mas abstrações jurídicas. Deixou indagação se não seria melhor diante de num cenário repleto de oportunidades definir negócios estratégicos do que pulverizar ações e recursos sob o risco de cair em paralelismo.

Assuntos Tratados

Página 19 de 19

José Pinheiro do Ipem-RN considerou percepção de que a estrutura de cada órgão é único, relacionamento com o governo é distinto. Sugeriu que o modelo pudesse ser revisto onde houvesse um chamamento para os governos conhecerem essas atividades, a realidade das atividades e os benefícios para a sociedade. Manifestou preocupação com os níveis salariais dos profissionais da área em seu estado, que não estão condizentes com a situação atual muito menos com as demandas que estão por vir. Sugeriu que os estados também criassem obrigação para com as atividades de fiscalização beneficiando a sociedade regional.

Sr. Tadeu do Ipem-MG disse acreditar que a questão salarial é uma forma de motivação. Assumiu a idéia e a frustração de buscar a produtividade. Registrou a dificuldade com relação aos repasses financeiros e a dificuldade até mesmo na interpretação e cumprimento das legislações federais e estaduais. Questionou sobre a possibilidade de um modelo mais prático de convênio considerando toda a legislação, auditorias internas e externas e diante do anseio de uma simplificação do processo. Por último fala da possibilidade de realização de um contrato ou convênio com as prefeituras municipais para verificação de esfigmos.

Sr. Omer da Corel sugeriu juntar as GRU's e substituir por uma ou várias Grous e passar para a Prefeitura negociando prazo para pagamento/vencimento como se fosse uma só fatura para que o pagamento prévio possa ser realizado adequando as situações. Não vê necessidade de ter um contrato ou convênio.

Sr. Jair citando a frase do Presidente João Jornada "grande parte do fracasso das instituições está na execução" questionou de que forma a Rede pode estabelecer um procedimento, uma aproximação com a Dimci, com a Ditec e com a Dipro, de que maneira podemos dar encaminhamento a essas questões e como podemos priorizar essas ações á frente. Sr. Luiz Carlos da Dimel disse que o caminho talvez seja criar um GT na Rede para discutir questões relativas a essa aproximação e as novas perspectivas para a Rede

Sr. Omer da Corel disse que foi um evento bastante proveitoso, parabenizou a iniciativa do evento e agradeceu ao Sr. Luiz Carlos da Dimel o trabalho e o empenho para a realização do mesmo. Disse entender que um bom caminho seria ter um grupo representativo e começar a debater novas idéias, se reportando ao Conselho Gestor, levantar quem seriam as pessoas que teriam interesse em trabalhar. Talvez no final do ano ou no princípio do ano que vem interessante seria promover um outro encontro e debater as idéias desse grupo para isso seguir adiante.

Sr. Tadeu do Ipem-MG sugeriu transformar esse trabalho num fórum permanente de discussão de melhorias para a própria Rede .

Sr. Luiz Carlos disse ter pensado num evento com um tempo um pouco maior, mas mesmo não sendo possível, o evento foi proveitoso e trouxe algumas reflexões, não houve conclusões, mas esse é o início de outras discussões não só relativa à aproximação com as áreas tecnológicas do Inmetro, mas a própria discussão da RBMLQ-I depois de amanhã.

Nada havendo mais a tratar o Sr. Luiz Carlos da Dimel encerrou a reunião, agradecendo a presença e participação de todos.

Próxima Reunião:

Data: a definir
Horário: a definir
Local: a definir

Grifo – registro de pontos relevantes da discussão e proposições